

LUGAR DE TRANSFORMAÇÕES: A OFICINA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki¹
angelabaalbaki@hotmail.com

Vanessa Gomes Teixeira²
vanessa_gomesteixeira@hotmail.com

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Mestranda em Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Substituta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Apresentação

A proposta do presente relato é divulgar as experiências realizadas em três oficinas destinadas a professores de língua portuguesa para alunos surdos e alunos de graduação de curso de Letras. Ressalta-se que as oficinas foram criadas como atividades do projeto de extensão intitulado "Recursos e materiais para o ensino de português para alunos surdos". O objetivo das oficinas desenvolvidas foi promover a troca de experiências entre professores e graduandos do curso de Letras sobre questões ligadas ao ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (PL2) para alunos surdos, de modo a adaptar e elaborar materiais que auxiliem o professor na tarefa de incluir esses alunos no cotidiano escolar. Nesse contexto, as oficinas englobaram três eixos temáticos, a saber: 1) Discussão de critérios para análise e avaliação de materiais didáticos; 2) orientação e discussão sobre adaptação de materiais didáticos; 3) elaboração de materiais para o ensino de Português como segunda língua.

Além de servirem como locais de apoio para dúvidas elucidadas, elas também foram tomadas como laboratórios de ensino-aprendizagem, nos quais os envolvidos participaram de diversas dinâmicas que incentivaram a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, os problemas nele observados e a busca de possíveis caminhos para a solução da problemática. A motivação para esse estudo se deu a partir da demanda social, ou melhor, da necessidade do campo educacional atual direcionar sua atenção a alunos surdos. Além disso, as oficinas elaboradas foram de grande relevância e contribuição social. A troca de experiências entre professores e graduandos suscitou momento de construção de trajetórias profissionais, o que, em última instância, fornece

subsídios tanto aos participantes das oficinas quanto aos integrantes do projeto para a construção de instrumentos e critérios para a elaboração de materiais.

Caracterização do espaço institucional

As oficinas foram realizadas nas dependências do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus Maracanã, mais especificamente em salas do Laboratório de Idiomas (LIDIL) – contendo nas salas: computador, *power point*, internet sem fio, materiais indispensáveis para o ensino de PL2 para surdos. O público alvo foi professores da rede pública (professores de escolas públicas do município do Rio de Janeiro, do município de Itaboraí e do estado do Rio de Janeiro) e alunos da graduação de Letras, tendo treze inscritos e oito participantes, todos com a faixa etária entre 18 e 55 anos.

O perfil comum aos integrantes pode ser caracterizado pela motivação para estudar sobre o ensino de PL2 para surdos ou por uma questão acadêmica – no caso dos graduandos – ou a partir do contato com alunos surdos de suas respectivas classes – no caso dos professores. Outra característica que nos chamou atenção é que os professores, apesar de se mostraram interessados em aprender sobre área, quase não tiveram acesso a cursos de Libras e de metodologias voltados para o assunto, o que evidencia que o Governo, mesmo incentivando a integração de surdos e ouvintes no mesmo espaço escolar, não visa preparar professores para uma sala dita “inclusiva”.

Fundamentação teórica

O trabalho com e nas oficinas deve se centrar na articulação entre teoria e prática. No entanto, o que entendemos por oficina? Etimologicamente, o termo oficina, de origem latina (*officina*), significa lugar em que há grandes transformações. Sendo assim, o objetivo de uma oficina é levar a cabo uma discussão sobre aspectos teóricos e práticos de um determinado assunto, conjugando conteúdo teórico e atividade prática, visando uma transformação. Segundo Moita e Andrade (2006), a oficina pedagógica pode ser entendida como “uma metodologia de trabalho em grupo, caracterizada pela ‘construção coletiva

de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências' (CANDAU, 1999, p.23), em que o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, mas também no processo de construção do conhecimento". (Moita e Andrade, 2006, p.5) Dessa forma, para os referidos autores, as oficinas são mecanismos pedagógicos que dinamizariam o processo ensino-aprendizagem e que estimulam o engajamento criativo de todos os seus integrantes. Além disso, servem de meio para a construção criativa e coletiva do conhecimento. Pode-se dizer que são dispositivos que favorecem a integração de alunos e a articulação entre diferentes saberes.

O eixo de formulação de qualquer oficina deve ser o diálogo – um elemento caracterizador de qualquer relação pedagógica. O diálogo deve ser tomado como o índice da produção de conhecimento em todas as esferas educacionais. Essa relação dialógica – aberta a transformações e criações – promove um processo interativo de elaboração de conhecimento. Supõe-se, portanto, a participação ativa do graduando e do professor de português no processo ensino-aprendizagem, como também na produção criativa e interativa do conhecimento. No caso das oficinas propostas, essas tiveram como objetivo trabalhar questões acerca do ensino de Língua Portuguesa como L2 para alunos surdos. Estudos nessa área são iniciados a partir de 1988, com a Nova Constituição Brasileira, quando começa a se pensar em uma educação para todos, levando em conta as especificidades de cada aluno. Anos mais tarde, surge a chamada Educação Inclusiva, que tem como objetivo o crescimento de cada aluno como indivíduo e a formação de uma escola democrática, que respeita as diferenças e tem uma infraestrutura para lidar com elas, já que o ensino deve ser para todos.

No entanto, foram as várias lutas da comunidade surda que possibilitaram conquistas significativas que culminaram na promulgação da lei nº 10436/02 e do Decreto nº 5626/05 que, entre outras regulamentações, reconhecem Libras como língua e como L1 do surdo; a obrigatoriedade da presença intérpretes nas instituições escolares e públicas em geral; e a inclusão do ensino de Libras nos cursos de licenciatura. Observa-se, com essa nova demanda, uma mobilização no campo educacional para procurar definir métodos e regras que capacitem o professorado na tarefa de adaptar aulas e materiais didáticos que possam incluir

diferentes necessidades apresentadas pelos alunos da comunidade surda. Estudos nessa área, como os dos autores Silva (2008) e Gesser (2009), apontam que a língua de sinais, como primeira língua do surdo, facilita a compreensão desse aluno no processo de aprendizado de aspectos gramaticais da Língua Portuguesa. Por outro lado, esses autores também nos atentam quanto à diferença da modalidade de cada língua: a Libras é espaço-visual, enquanto o Português é oral-auditivo. Isso porque, diferente das línguas orais, a modalidade de LIBRAS apresenta como características sinais que têm forte motivação icônica e simultaneidade na realização de categorias linguísticas; ou seja, essa língua apresenta narrativas e diálogos constituídos de coordenações de sentenças cuja estrutura interna é predominantemente segmentável ([tópico]-[comentário]). As estruturas linguísticas das duas línguas são distintas e por isso, devemos levar em conta suas respectivas especificidades quando pensamos em uma metodologia de ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos.

Ao analisarmos o cotidiano das escolas brasileiras, vemos que esses estudos não são aplicados, pois o ensino de Língua Portuguesa não é voltado para os alunos surdos e não leva em conta suas especificidades. Com isso, o surdo, embora esteja inserido no espaço físico dos ouvintes, não consegue se adaptar, pois as escolas não promovem a verdadeira inclusão. Assim, para que haja sua inclusão, são necessárias modificações de modo que as especificidades da comunidade surda sejam atendidas e, principalmente, sua singularidade linguística respeitada. Levando em conta que o aprendizado é construído aos poucos, os professores devem elaborar suas aulas baseadas em metodologias que auxiliem o surdo nesse processo, mobilizando suas potencialidades e fazendo-o crescer em busca da sua autonomia. É preciso que seja desenvolvida uma visão crítica em relação à sociedade atual e o direcionamento do olhar para os surdos, criando a consciência de que essa comunidade é composta por integrantes ativos na nossa sociedade.

Descrição da experiência

Foram desenvolvidas três oficinas para docentes de língua portuguesa e graduandos do curso de Letras. A proposta de cada uma foi debater questões

sobre a fundamentação teórico-metodológica que subsidiasse a aplicação de uma proposta de ensino de LP para alunos surdos em salas de inclusão. Nas oficinas, foram utilizadas dinâmicas de grupo, exposições dialógicas e atividades lúdico-educativas. Foram tratados os seguintes temas: informações gerais sobre surdez e a Língua de Sinais; análise e adaptação de materiais didáticos; avaliação crítica de materiais existentes e elaboração de materiais para ensino de português como L2 para alunos surdos. A metodologia adotada para a organização das oficinas foi: a) seleção da bibliografia acerca do assunto; b) busca e coleta de materiais didáticos destinados a alunos surdos; c) produção de cartazes e pôsteres para divulgação; d) organização e elaboração das atividades da oficina; e) acompanhamento da inscrição on-line dos participantes; f) realização do controle de frequência dos participantes (75%) para emissão de certificados.

Nossa primeira oficina teve como objetivo sensibilizar os professores e graduandos para questões relativas a impedimentos sensoriais e fornecer informações gerais sobre surdez e a Língua de Sinais. Iniciamos a oficina com a "Dinâmica do quebra-cabeça", jogo em que cada grupo tinha que montar um quebra cabeça com uma "limitação". As "limitações" eram: um grupo não podia falar, um grupo não podia andar, um grupo só podia trocar peças e um grupo só podia recebê-las. Essa dinâmica foi importante para que os participantes tivessem a experiência de que as diferenças não impedem que nossos objetivos sejam alcançados. Em um segundo momento, foram exibidos trechos do documentário "Travessia do Silêncio", de Dorrit Harazim, que mostra a relação dos surdos com o mundo dos ouvintes. Houve um debate sobre os casos mostrados e todos puderam compartilhar suas opiniões e sentimentos a respeito desse mundo. Por fim, entregamos uma cartilha sobre surdez para que todos pudessem ter mais informações sobre a área.

Nossa segunda oficina teve como objetivo analisar e adaptar materiais didáticos de diferentes tipos, reconhecendo sua ênfase na descrição ou no uso da língua. Em um primeiro momento, trabalhamos com o conceito de material didático e qual a sua importância, destacando as diferenças e semelhanças do MD para ouvintes e para surdos. Depois, fizemos uma dinâmica, utilizando Cine Gibi da Turma da Mônica, para mostrar a necessidade do uso da adaptação do material didático para auxiliar no processo de aprendizagem. Em seguida,

trabalhamos com questões relacionadas a adaptação de materiais, destacando possíveis movimentos e mostrando exemplos de materiais adaptados. Por último, distribuímos diversos materiais a serem adaptados e debatemos possíveis modificações para que fosse possível aproveitá-los para alunos surdos.

Nossa terceira oficina objetivou avaliar criticamente materiais existentes, apontando o alinhamento que estabelecem com diferentes contextos de ensino, e elaborar materiais para contextos de ensino de português como língua segunda língua para alunos surdos. Inicialmente, fizemos uma dinâmica com o material didático descontextualizado para mostrar a necessidade de adequação do material ao contexto escolar. Em um segundo momento, revisamos os conceitos trabalhados anteriormente e trabalhamos com materiais adaptados, analisando-os de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos. Depois, mostramos textos de diversos gêneros e propomos que os participantes elaborassem materiais e os apresentassem para os demais. Para o encerramento das oficinas, fizemos uma pesquisa de opinião com todos os participantes para sabermos as opiniões sobre os materiais apresentados e as dinâmicas feitas.

Avaliação dos resultados

Os processos de avaliação são indispensáveis para garantir o êxito de qualquer projeto. Foram elaboradas avaliações tomando como base, por um lado, o acompanhamento de implementação e desenvolvimento das oficinas e, por outro, a avaliação das atividades da oficina por parte dos participantes. No primeiro processo avaliativo, buscou-se verificar os aspectos de inovação pedagógica, assim como seus efeitos positivos e pontos críticos. Uma das formas de avaliação utilizada foi o método de fracionamento do projeto em conjunto de atividades, observando a previsão das ações a serem implementadas e os prazos envolvidos para a execução das mesmas. Outro instrumento avaliativo empregado foi a realização de um portfólio, em cada bloco de atividades, de todas as atividades desenvolvidas referentes ao projeto, além de um relatório parcial da etapa em que se encontra. Já o segundo processo contou com uma pesquisa de opinião, na qual cada participante deveria pontuar (de 1 a 5) a

qualidade do material e dos conceitos apresentados, a pertinência das atividades e a eficácia das discussões desenvolvidas.

Os indicadores avaliativos das oficinas conjugados com os do acompanhamento das atividades mostraram-se ideais para que pudéssemos avaliar se as propostas estão cumprindo seus respectivos objetivos e tenhamos o conhecimento de quais atividades funcionaram e quais dinâmicas que ainda precisam ser adaptadas. A fim de registrar os diversos fazeres implementados, foram utilizados instrumentos avaliativos visando à intervenção e ao (re) planejamento de ações, a saber: a) roteiro de planejamento das atividades desenvolvidas; b) fichas de inscrição, avaliação e acompanhamento das oficinas; c) lista de presença dos participantes; d) mapa de atendimento e relatório das atividades; e) questionários avaliativos acerca do trabalho desenvolvido (pesquisa de opinião).

Considerações finais

A oficina não é apenas um recurso pedagógico, mas um espaço que comporta a possibilidade de transformação. Podemos também dizer que é um importante mecanismo para dinamizar o processo ensino-aprendizagem, uma vez que, por seu caráter prático, estimula a participação e a integração de todos os envolvidos. Por sua natureza, uma oficina é dinâmica. Além disso, também funciona como uma ferramenta para a prática pedagógica nos diversos níveis de ensino e para a pesquisa.

Pretendeu-se que as oficinas realmente funcionassem como em sua etimologia: “um lugar de transformações”. Nesse contexto, elas contribuíram para a formação pessoal e profissional dos envolvidos, pois, a partir de discussões baseadas na realidade da sala de aula, tivemos a oportunidade de trocar experiências, levantar questões problemáticas comuns e traçar soluções para algumas questões. A partir do estudo sobre a temática e do resultado das oficinas, a pesquisa nos apresentou diversas perspectivas sobre o assunto e possíveis caminhos que facilitam o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa para alunos surdos, melhorando, assim, a prática docente.

Referências

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa*. São Paulo: Parábola, 2009.

MOITA, F. M.; ANDRADE, F. C. B. *O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública*. In: *Anais Educação, Cultura e Conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos*. Caxambu, MG: ANPEd, 2006.

SILVA, S. G. de L. *Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2008.